

Dimensionando o passeio das mercadorias

Uma análise através dos dados do Prohort^{1,2}

Altivo R. A. de Almeida Cunha³

Resumo – Este artigo analisa os dados de origem dos produtos hortigranjeiros comercializados nas centrais de abastecimento brasileiras para identificar as transações entre entrepostos atacadistas que caracterizam o “passeio das mercadorias”. Toma como referência conceitual os argumentos do conceito *food miles* e utiliza dados do Prohort/Conab para estimar a transação interentrepostos no Brasil como significativa, em torno de 10%, sugerindo diversas iniciativas de coordenação e políticas agrícolas.

Palavras-chave: centrais de abastecimento, comercialização hortigranjeira, política agrícola.

Sizing the tour of fresh products: an analysis through Prohort data

Abstract – This article analyzes the source data of fresh products commercialization marketed in Brazilian wholesale markets to identify transactions between wholesalers markets that characterize the “ride of goods”. Takes as a conceptual reference the “food miles concept” by the Prohort/ Conab database. This work estimate the commercial transaction with public wholesale markets in Brazil as significant, estimate about ten percent for fruits and vegetables, suggesting various initiatives of coordination and agricultural policy.

Keywords: wholesale markets, fresh products commercialization, agricultural policy.

Introdução

Um dos aspectos que tem sido muito valorizado nas novas tendências de consumo alimentar é a identificação da origem geográfica dos produtos que chegam para o consumo. Essa identificação possibilita ao consumidor

escolher produtos de regiões ou localidades com tradição de oferta, tanto pelas variedades específicas quanto pelas técnicas de produção típicas. No caso dos produtos in natura, como os hortigranjeiros, outro aspecto importante e crescentemente valorizado é a distância entre os locais de produção e de consumo.

¹ Original recebido em 1/7/2015 e aprovado em 27/7/2015.

² O autor agradece os comentários e observações de Ivens Mourão e Mário Ramos Vilela.

³ Engenheiro-agrônomo, doutor em Economia, consultor FAO/ONU. E-mail: altivo.cunha@gmail.com

A preocupação com a distância das zonas de produção às áreas de consumo parecia estar fadada, há alguns anos, ao esquecimento e à nostalgia, já que o trinômio logístico manejo pós-colheita–transporte multimodal–cadeia do frio se apresentou como solução rápida, eficiente e rentável para colocar qualquer produto em qualquer lugar e em ótimas condições de consumo.

No entanto, a “desinvenção” da distância não demorou a apresentar algumas fragilidades técnicas, econômicas e conceituais nos dois pilares que a sustentam, a oferta e o consumo.

No caso da oferta, os países desenvolvidos avançaram extraordinariamente, fazendo com que o trinômio logístico funcionasse de forma eficiente e economicamente viável (GREEN, 2003). No entanto, a virtude da eficiência logística passou a ser vista, principalmente por consumidores europeus, como geradora de desequilíbrios ambientais por causa da “pegada de carbono” decorrente do transporte (aéreo e rodoviário) a longas distâncias. No início de 1990, cunhou-se no Reino Unido o termo *food miles*, referente às milhas percorridas pelos produtos agrícolas de sua área de produção até as cidades, para estimular os consumidores a priorizar alimentos produzidos e comercializados localmente (FORNAZIER; BELIK, 2013)⁴.

A crítica da distância origem–consumo dos alimentos pelo lado do consumo tem duas vertentes relacionadas à qualidade dos produtos, uma de caráter intrínseco e outra de opção de consumo. Produtos transportados por longas distâncias sem o adequado funcionamento do trinômio logístico perdem qualidade em decorrência do tempo gasto. Isso acontece em razão de danos físicos ou pela necessidade de antecipar as colheitas, o que resulta em produtos sem a qualidade sensorial dos que são colhidos mais tardiamente e que não amadurecem depois de colhidos.

No caso da opção de consumo, trata-se da valorização dos produtos frescos e dos elementos relacionados ao local de sua produção: as variedades ofertadas, a forma de produção e de apresentação dos produtos. É a preferência pelo típico, o artesanal ou o produto de pequena escala produtiva, ou seja, a valorização de produtos que estabelecem conexões e associações com as relações sociais envolvidas no processo produtivo local. Em outras palavras, importa como o produto é produzido e também quem o produz.

Nesse aspecto, o que diferencia positivamente o produto é sua origem, a tradição da região e uma dose de identidade pessoal, familiar, comunitária (CUNHA, 2015; FERRARI, 2011). O outro elemento dessa configuração é a pessoalidade das relações comerciais, ao valorizar os vínculos de confiança com o vendedor – o produtor ou seu representante –, fiador da qualidade ou detentor de boa prosa. O conceito de “cadeias curtas” tem abrigado, do ponto de vista acadêmico e institucional, as diversas formulações e valorizações dessas novas relações (CEPAL, 2014).

Neste estudo, a questão *food miles* dos produtos hortigranjeiros é analisada sob uma perspectiva que se situa entre a oferta e o consumo, a dos trajetos sucessivos de distribuição dos produtos que ocorrem depois da produção e antes do consumo na esfera atacadista. É o que se convencionou chamar de “passeio das mercadorias”.

O passeio consiste na remessa da produção hortigranjeira local para uma central de abastecimento de grande porte, por causa da escala comercial e de preços, e seu posterior repasse para outros entrepostos, de menor porte, para a venda final aos pequenos comerciantes. Em muitos casos, o passeio resulta na volta completa, ou seja, os produtos retornam para o comércio atacadista regional, que abastecerá o varejo dos municípios de origem da mercadoria.

⁴ Alguns críticos da abordagem *food miles* enxergam nessa proposição uma forma de protecionismo, como expressão de um localismo defensivo, questão relevante dentro do contexto europeu (DESROCHERS; SHIMIZU, 2008; HEYES; SMITH, 2006; DUPUIS; GOODMAN, 2005).

Isso, é evidente, resulta da ausência de coordenação do sistema de distribuição. As consequências diretas são a agregação de custos e perda de qualidade dos produtos para o consumo final, além das questões relativas ao desestímulo da produção local e regional e da pegada de carbono.

Um dos aspectos mais importantes para a compreensão da importância das centrais de abastecimento diz respeito ao seu papel como centralizador e distribuidor da produção hortigranjeira. Duas dimensões são relevantes para a análise dessa questão: 1) as relações de fornecimento entre a base produtora local e regional e a central de abastecimento; 2) as transações entre os entrepostos atacadistas, que ocorrem tanto como transações intraempresariais (atacadistas com filiais em vários entrepostos) quanto como interempresariais. Estudos apontam a importância das grandes centrais de abastecimento nacionais que cumprem o papel de *hubs* primários e secundários no sistema de abastecimento, com o reconhecimento destacado da importância da Ceagesp como “nó” central (CUNHA; BELIK, 2012, p. 52).

A dificuldade de análise e, principalmente, da mensuração do poder de influência das grandes centrais de abastecimento atacadistas deve-se ao fato de que não existem informações consolidadas, nem públicas nem privadas, do montante de produtos comercializados entre as centrais – as ceasas registram, por meio de notas ou registros de entrada (romaneios), o município de expedição da produção que chegam a seus entrepostos⁵.

Esses dados representam uma informação estratégica, com alcance e interpretação diferente dos dados censitários. Enquanto o censo agropecuário indica as áreas de produção e as quantidades produzidas, os dados das Ceasas expressam os produtos que chegam ao sistema atacadista alimentar. Ou seja, referem-se aos

produtos hortigranjeiros inseridos em circuitos comerciais que chegam ao mercado urbano para se tornar alimentos.

No entanto, as informações de origem possuem uma limitação importante, em geral pouco conhecida. O registro do município de expedição do produto não aponta necessariamente a origem da produção. A divergência entre município de expedição e município de produção é evidente quando se trata de produtos importados, e uma parte relevante da origem não identificada provém do comércio interentrepostos, seja das filiais de uma mesma empresa, seja entre empresas, especialmente no comércio de frutas importadas (CUNHA; CAMPOS, 2006).

O que é uma fragilidade do método de coleta de dados das ceasas pode também auxiliar a desvendar a questão do passeio das mercadorias entre entrepostos. Isso porque os municípios de origem, registrados pelas estatísticas de entrada e que sediam grandes centrais de abastecimento (São Paulo, Contagem, Rio de Janeiro e Cariacica), têm pouca ou nenhuma produção hortícola. O que se tem, portanto, são indicativos de repasse atacadista.

Estimando o passeio das mercadorias pela base do Prohort

Os dados do BI do Prohort (CONAB, 2015) foram utilizados para estimar a dimensão do passeio das mercadorias, ou seja, a comercialização de frutas e hortaliças entre os principais entrepostos das Ceasas brasileiras, tomando como base o ano de 2013.

Há algumas qualificações que devem ser feitas para a base do BI. Essa base de dados relaciona as 35 centrais de abastecimento informantes naquele ano, em um universo de 77 entrepostos nacionais.

⁵ As informações de quantidade comercializada, preços e origens dos produtos coletadas nas principais centrais de abastecimento são repassadas para o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Prohort/Conab), que sistematiza e alimenta uma base de dados (BI) de consulta aberta pela Internet.

Como as informações são fornecidas pelas Ceasas para a Conab voluntariamente (mediante convênio), cabe às Ceasas a responsabilidade pela alimentação dos dados e sua fidedignidade. Para qualificar a base de informações, foram relacionadas as centrais de abastecimento que informaram regularmente ao Prohort dados de

comercialização no intervalo de 2010 a 2013. Foram identificados 50 entrepostos atacadistas nesse período, cuja média de comercialização anual para o quadriênio totalizou 15.199,7 milhões de toneladas de produtos hortigranjeiros (Tabela 1).

Tabela 1. Ranking de comercialização das ceasas brasileiras em 2010–2013, por empresa, entreposto, UF e participação relativa.

Nº	Empresa e mercado atacadista	UF	Média 2010–2013	Partic. relativa (%)	Partic. acumulada (%)
1	Ceagesp – São Paulo	SP	3.246.597	21,5	21,5
2	Ceasaminas – Grande BH	MG	1.464.639	9,7	31,1
3	Ceasa-RJ – Rio de Janeiro	RJ	1.430.223	9,5	40,6
4	Ceasa-GO – Goiania	GO	805.611	5,3	45,9
5	Ceasa-BA – Juazeiro	BA	794.402	5,3	51,2
6	Ceasa-PR – Curitiba	PR	687.924	4,5	55,7
7	Ceasa-PE – Recife	PE	663.032	4,4	60,1
8	Ceasa-SP – Campinas	SP	640.611	4,2	64,3
9	Ceasa-RS – Porto Alegre	RS	549.280	3,6	68,0
10	Ceasa-ES – Vitória	ES	504.427	3,3	71,3
11	Ebal – Salvador	BA	477.166	3,2	74,4
12	Ceasa-CE – Fortaleza	CE	450.223	3,0	77,4
13	Ceasa-DF – Brasília	DF	334.632	2,2	79,6
14	Ceasa-SC – Florianópolis	SC	301.094	2,0	81,6
15	Ceasa-PA – Belém	PA	272.141	1,8	83,4
16	Ceagesp – Ribeirão Preto	SP	221.613	1,5	84,9
17	Ceasa-MG – Uberlândia	MG	211.978	1,4	86,3
18	Ceasa-RJ – São Gonçalo	RJ	184.021	1,2	87,5
19	Ceasa-MS – Campo Grande	MS	146.775	1,0	88,5
20	Ceasa-PR – Londrina	PR	128.280	0,8	89,3
21	Ideal – Maceió	AL	117.445	0,8	90,1
22	Ceasa-PR – Maringá	PR	112.552	0,7	90,8
23	Empasa – João Pessoa	PB	108.183	0,7	91,6
24	Empasa – Campina Grande	PB	107.142	0,7	92,3
25	Ceagesp – Sorocaba	SP	103.531	0,7	93,0
26	Ceagesp – São José dos Campos	SP	94.159	0,6	93,6
27	Ceasa-MG – Uberaba	MG	90.509	0,6	94,2
28	Ceagesp – São José do Rio Preto	SP	86.275	0,6	94,7
29	Ceasa-CE – Tianguá	CE	72.977	0,5	95,2

Continua...

Tabela 1. Continuação.

Nº	Empresa e mercado atacadista	UF	Média 2010–2013	Partic. relativa (%)	Partic. acumulada (%)
30	Ceasa-MG – Juiz de Fora	MG	70.877	0,5	95,7
31	Ceasa-PR – Foz do Iguaçu	PR	67.848	0,4	96,1
32	Ceagesp – Bauru	SP	65.645	0,4	96,6
33	Ceasa-PR – Cascavel	PR	57.539	0,4	97,0
34	Ceagesp – Piracicaba	SP	56.389	0,4	97,3
35	Ceagesp – Presidente Prudente	SP	53.551	0,4	97,7
36	Ceagesp – Araraquara	SP	41.122	0,3	98,0
37	Ceasa-MG – Caratinga	MG	40.065	0,3	98,2
38	Ceasa-MG – Governador Valadares	MG	36.734	0,2	98,5
39	Ceagesp – Araçatuba	SP	33.819	0,2	98,7
40	Empasa Patos (PB)	PB	30.464	0,2	98,9
41	Merc. Mun. Patos de Minas	MG	27.229	0,2	99,1
42	Ceasa-RJ – Pati do Alferes	RJ	22.731	0,2	99,2
43	Ceasa-BA – Paulo Afonso	BA	18.818	0,1	99,3
44	Ceasa-MG -Barbacena	MG	18.134	0,1	99,5
45	Ceasa-RJ – Nova Friburgo	RJ	17.480	0,1	99,6
46	Ceasa-RJ – São José de Ubá	RJ	16.985	0,1	99,7
47	Ceasa-AC – Rio Branco	AC	14.080	0,1	99,8
48	Itajubá	MG	11.458	0,1	99,9
49	Ceagesp – Marília	SP	10.982	0,1	99,9
50	Ceagesp – Franca	SP	10.405	0,1	100
Total			15.129.794	100	

Fonte: Conab (2015).

Nos dados do Prohort referentes especificamente às informações sobre a origem dos produtos, 30 Centrais disponibilizaram informações (da relação de 50 informantes regulares de quantidade), 79,8% da quantidade comercializada no quadriênio 2010–2013. Em suma, a significância dessa amostra no abastecimento nacional é de aproximadamente 80%⁶.

Nessa base, foram selecionados como origem dos grupos de frutas e hortaliças, para 2013, 12 municípios que sediam grandes centrais de abastecimento.

A Tabela 2 mostra que pelo menos 6% do total de frutas comercializadas entre Ceasas tem como origem as grandes centrais de abastecimento, sendo 4% de São Paulo, ou seja, do sistema atacadista representado pela Ceagesp.

Para o grupo das hortaliças (Tabela 3), a quantidade repassada pelas grandes centrais equivale a 4% do total da origem registrada pelo sistema; a Ceagesp responde por 2,6% desse total e o entreposto de Contagem da Ceasaminas, por 0,6%.

Ou seja, aproximadamente 10% do quantitativo comercializado anualmente pelas Ceasas brasileiras é repasse interceasa.

⁶ As ausências mais importantes são as das centrais de Juazeiro, BA, 5º maior entreposto nacional, Recife (7º) e Brasília (13º), além das unidades filiais do interior da Ceagesp.

Tabela 2. Cidades metropolitanas e cidades sedes de grandes ceasas relacionadas como municípios de origem de frutas das ceasas brasileiras em 2013.

Nº	UF	Município	1.000 t
1	SP	São Paulo	204.511
2	MG	Contagem/BH	16.967
3	RJ	Rio de Janeiro	15.818
4	SP	Campinas	12.325
5	ES	Cariacica/Vitória	10.021
6	CE	Maracanaú/ Fortaleza	5.164
7	GO	Goiânia	4.453
8	PE	Recife	1.182
9	PR	Curitiba	916
10	RS	Porto Alegre	814
11	DF	Brasília	425
12	BA	Salvador	114
Total			272.712
Participação relativa			6%
Total nacional			4.817.840

Fonte: Conab (2015).

Esses dados são ainda mais impressionantes quando se investiga a importância relativa das maiores centrais de abastecimento no fornecimento de produtos para os entrepostos de médio e pequeno portes. O entreposto da Ceasa-Campinas, oitavo maior entreposto nacional (considerada a média dos dados de comercialização em 2010–2013), recebe 8% de sua quantidade comercializada do entreposto de São Paulo; Vitória recebe de São Paulo 11%; e Fortaleza, distante 2.939 km da capital paulista, 8%. O entreposto de Juiz de Fora, MG, é um típico entreposto de repasse de frutas: 32% de sua oferta de frutas vem dos três maiores entrepostos nacionais (Tabela 4).

Um aspecto curioso é dado pelo peso do Município de São Paulo como fornecedor da própria Ceagesp. Em 2013, o município é indicado como a origem de 72,3 mil toneladas de hortaliças na Ceagesp, 4,9% do total, segundo

Tabela 3. Cidades metropolitanas e cidades sedes de grandes ceasas relacionadas como municípios de origem de hortaliças das ceasas brasileiras em 2013.

Nº	UF	Município	1.000 t
1	SP	São Paulo	127.851
2	MG	Contagem/BH	27.606
3	SP	Campinas	21.511
4	RJ	Rio de Janeiro	15.620
5	ES	Cariacica/Vitória	9.202
6	GO	Goiânia	4.119
7	DF	Brasília	3.592
8	PR	Curitiba	2.544
9	RS	Porto Alegre	1.467
10	CE	Maracanaú/ Fortaleza	383
11	PE	Recife	225
12	BA	Salvador	5
Total			214.124
Participação relativa			4%
Total nacional			4.975.045

Fonte: Conab (2015).

lugar entre os 794 municípios nacionais fornecedores para aquele entreposto. Para o grupo de frutas nacionais, São Paulo foi o 18º maior fornecedor da Ceagesp em 2013, com oferta de 20,3 mil toneladas, 1,3% das frutas nacionais comercializadas.

Para alguns produtos específicos, os valores do autorrepasso são muito expressivos. Para 2013, o município paulistano é apontado como o segundo maior fornecedor de cebola e tomate, respectivamente 11,4% e 11,3%. Além disso, ele foi o quarto maior fornecedor de batata (6,9%) e o nono de banana (3,15%).

Esses dados expressam repasses entre empresas atacadistas que estão dentro do entreposto da Ceagesp da capital paulista ou próximas dele, evidenciado a importância do sistema atacadista que funciona no entorno do entreposto. Confirmam também a percepção de diversos técnicos de ceasas e operadores de

Tabela 4. Origem das frutas comercializadas em diversas ceasas oriundas das três maiores centrais de abastecimento brasileiras.

Entrepósito	UF	Rank ⁽¹⁾	Município de origem (%)		
			São Paulo	Contagem	Rio de Janeiro
Campinas	SP	8	8	-	-
Vitória	ES	10	11	-	-
Fortaleza	CE	12	8	-	-
Londrina	PR	20	4	-	-
Maringá	PR	22	5	-	-
Juiz de Fora	MG	30	16	14	2
Gov. Valadares	MG	38	-	18	-
Barbacena	MG	44	-	69	-
Rio Branco	AC	-	24	-	-

⁽¹⁾ Posição no rank nacional pela média de comercialização total anual 2010–2013, exceto para a Ceasa Rio Branco, AC.

Fonte: Conab (2015).

mercado que afirmam que no entorno das ceasas existem “várias ceasas”⁷. Um dos mais importantes especialistas brasileiros em abastecimento, o engenheiro cearense Ivens Mourão, responsável pela implantação de diversas Ceasas nacionais vai mais fundo na questão:

Fosse o banco (do Prohort) completo poderíamos conhecer a influência do ‘Ceagesp do interior do Nordeste’, a Ceasa Juazeiro da Bahia. Em recente estudo que fiz em Feira de Santana (BA) o produto vem do Sudeste ou Sul vai a Juazeiro e volta para Feira de Santana. Outra Ceasa reexpedidora é a de Recife com influência do Maranhão à Alagoas. A do Piauí atende a de São Luis (MA). Cheguei a estimar o repasse em 2 milhões de tonelada ano.⁸

Outro dado curioso é a identificação dos países e municípios de “origem” das frutas importadas no sistema do Prohort. Foram relatados em 12 países e 176 municípios brasileiros (Tabela 5).

Essa contradição do sistema de registros das Ceasas, que considera que 48% da origem de frutas importadas vêm de municípios brasileiros, não aumenta a taxa de internacionalização da economia brasileira, mas permite identificar que existem diversas empresas importadoras e exportadoras de frutas fora do sistema Ceasas.

Conclusões

Este estudo estima em pelo menos 10% a movimentação de frutas e hortaliças caracterizáveis como repasse entre as grandes centrais de abastecimento e mercados atacadistas regionais. Essa estimativa do passeio das mercadorias é assumidamente subdimensionada, uma vez que não capta os repasses entre centrais de abastecimento de porte regional para os entrepostos locais.

Há várias implicações envolvidas nessa “descoberta”. A primeira, e mais importante, é que esses dados podem subsidiar a formulação

⁷ “Os comerciantes mais dinâmicos, limitados pelo espaço disponível para concessão, expandiram suas atividades em áreas contíguas aos entrepostos, multiplicando sua área de operacionalização (e renda). Este fato propiciou o estabelecimento no entorno das Ceasas de clusters de serviços complementares articulados à atividade atacadista como armazéns, centrais de embalagem, caixarias, serviços automotivos, fretamento, entre outras atividades” (CUNHA, 2010, p. 45).

⁸ Correspondência enviada pelo engenheiro Ivens Mourão, consultor da Ceasa-CE, em Maio de 2015.

Tabela 5. Locais relatados como origem de frutas importadas fornecidas às ceasas brasileiras em 2013.

Origem internacional			"Origem" nacional			
1	Argentina	65.200	1	São Paulo	SP	101.548
2	Chile	36.342	2	Vacaria	RS	9.744
3	Espanha	25.673	3	Rio de Janeiro	RJ	5.467
4	Portugal	8.591	4	Barracão	PR	3.894
5	Itália	7.421	5	Dionísio Cerqueira	SC	3.418
6	Uruguaí	3.973	6	Contagem	MG	2.556
7	Estados Unidos	2.755	7	São Joaquim	SC	1.922
8	Peru	249	8	Fraiburgo	SC	1.321
9	Turquia	100	9	Vitorino	PR	1.271
10	Colômbia	21	10	Pato Branco	PR	1.170
11	China	15	11	Recife	PE	852
12	Nova Zelândia	9	176	(165 municípios brasileiros)		7.799
Total		150.349	Total			140.963
Participação relativa		52%	Participação relativa			48%
Total geral (internacional + nacional) 291.312						

Fonte: Conab (2015).

de políticas públicas de abastecimento alimentar que envolvam políticas agrícolas, políticas de desenvolvimento regional, compras governamentais da agricultura familiar, além de políticas de transporte, infraestrutura e meio ambiente. É evidente que um sistema de abastecimento não coordenado como o brasileiro é ineficiente, oneroso e não promove o crescimento da produção, a qualidade do abastecimento nem o bem-estar da população.

Os dados do passeio das mercadorias podem ser utilizados como estratégia para desenvolver a agricultura local, como pauta de substituição da produção hortícola viajante pela produção local, no caso de produtos que sejam adaptáveis aos agroecossistemas locais.

A identificação de municípios brasileiros apontados como locais de expedição de frutas importadas revela a importância de se investigar e inserir estrategicamente operadores de mercado fora das centrais de abastecimento públicas, nas empresas importadoras que operam o fornecimento de frutas e o sistema de abasteci-

mento privado para fora dos limites das Ceasas. Igualmente importante é conhecer e avaliar as empresas atacadistas que estão no entorno dos grandes entrepostos atacadistas. Essas empresas podem ter papel relevante não só no abastecimento, mas também no estabelecimento de padrões nacionais de classificação, rastreabilidade e qualidade.

Do ponto de vista técnico, os dados evidenciam a necessidade de incluir nos registros de entrada das mercadorias nas Ceasas tanto a origem da produção quanto o local de expedição da mercadoria. Embora essa recomendação seja tecnicamente complexa, pois envolve questões tributárias e relativas à metodologia de registro de movimentação de mercadorias em cada central de abastecimento, ela é fundamental para dar qualidade estatística e relevância estratégica para o banco de dados do Prohort.

As centrais de abastecimento federais, as duas maiores do sistema brasileiro, poderiam, nesse contexto, estabelecer o registro duplamente qualificado (origem e local de expedição) para

influenciar a mudança nacional no registro de entrada de produtos hortigranjeiros.

A última implicação de natureza estatística não é menos importante. A quantidade de frutas e verduras comercializadas anualmente no País é pelo menos 10% inferior à dos registros da Conab, por causa da dupla contagem comercial. É melhor saber que não somos tão grandes, mas podemos ser mais eficientes.

Referências

CEPAL. **Agricultura familiar y circuitos cortos**: nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición: memoria del seminario sobre circuitos cortos realizado el 2 y 3 de septiembre de 2013. Santiago de Chile, 2014. 110 p. (Serie seminarios y conferencias, 77).

CONAB (Brasil). **Prohort**: programa brasileiro de modernização do mercado hortigranjeiro. [2015]. Disponível em: <<http://dw.ceasa.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CUNHA, A. R. A. de A. Abastecimento alimentar: a superação do padrão velho-obsoleto para o novo-ancestral. In: SCHNEIDER, S.; CRUZ, F.; MATTE, A. **Alimentos para produtores e consumidores**: conectando novas estratégias de abastecimento de alimentos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 54-70. (Serie estudos rurais).

CUNHA, A. R. A. de A. **O sistema atacadista alimentar brasileiro**. 2010. 175 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. A produção agrícola e a atuação das centrais de abastecimento no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 1, p. 46-59, 2012.

CUNHA, A. R. A. de A.; CAMPOS, J. B. A importância do CeasaMinas. **Agroanalysis**, v. 26, n. 12, p. 23-25, dez. 2006.

DESROCHERS, P.; SHIMIZU, H. **Yes we have no bananas**: a critique of the “food miles” perspective. Arlington: George Madison University, Mercatus Center, 2008. 16 p. (Mercatus Policy Series. Policy Primer, 8).

DUPUIS, E. M.; GOODMAN, D. Should we go “home” to eat?: toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 3, p. 359-371, Jul. 2005.

FERRARI, D. L. A teia da qualidade, do *embeddedness* e do local para construção de cadeias agroalimentares curtas pelos agricultores familiares em Santa Catarina. In: COLÓQUIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: objetivos e debates. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA: Sober, 2013.

GREEN, R. Mercados mayoristas: el inicio de una nueva era? **Distribución y Consumo**, ano 13, n. 72, p. 23-37, nov./dec. 2003.

HEYES, J. A.; SMITH, A. Could ‘food miles’ become a non-tariff barrier? **Acta Horticulturae**, n. 768, p. 431-436, 2006.